

*Planejar
hoje,
transformar
amanhã!*



TERRITÓRIO
DO SISAL

TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

EDUCAÇÃO
TERRITÓRIO
PESSOAS
EQUIDADE
FUTURO



MAPA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Diretrizes, objetivos, metas e estratégias integradas
para uma educação pública com qualidade, equidade
e justiça social.

*Políticas
que se
encontram
para garantir
direitos!*



PRIMEIRA
INFÂNCIA



EDUCAÇÃO
INFANTIL



ALFABETIZAÇÃO
E LETRAMENTO



EDUCAÇÃO
INTEGRAL



EDUCAÇÃO
ESPECIAL
INCLUSIVA



EDUCAÇÃO
DO CAMPO



EDUCAÇÃO
DE JOVENS,
ADULTOS E IDOSOS

JUNTOS POR TERRITÓRIOS MAIS EDUCADORES!

2026



TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

EDUCAÇÃO
QUE CONECTA
TERRITÓRIOS
E PESSOAS

FICHA TÉCNICA

MAPA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Diretrizes, objetivos, metas e estratégias integradas para uma educação pública com qualidade, equidade e justiça social

Território do Sisal – Bahia | 2026

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICA



Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Municipais de Educação do Território do Sisal – SASE/MEC
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Membro da Diretoria da UNCME-BA



Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Coordenadora Estadual da UNCME-BA



José Clécio Santos Varjão

Advogado – OAB/BA nº 54.289
Pedagogo e Especialista em Direito Educacional
Experiência em Gestão Pública e Administração Educacional

FINALIDADE



Material técnico-orientador destinado a apoiar os municípios na articulação entre as políticas educacionais, os diagnósticos territoriais, os compromissos já assumidos e o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, contribuindo para a territorialização dos objetivos, metas e estratégias e para a construção de um planejamento decenal coerente com a realidade local, executável, monitorável e comprometido com a qualidade, a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIA DA PUBLICAÇÃO



MATOS, Ione Sousa de; NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição; VARJÃO, José Clécio Santos.
Mapa das políticas educacionais em diálogo com o Plano Municipal de Educação: diretrizes, objetivos, metas e estratégias integradas para uma educação pública com qualidade, equidade e justiça social. Território do Sisal – Bahia, 2026.

TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA

PLANEJAMENTO HOJE, MAIS DIREITOS AMANHÃ

APRESENTAÇÃO

A elaboração do novo Plano Municipal de Educação exige muito mais do que reunir dados, preencher diagnósticos e redigir metas para os próximos dez anos. Exige compreender o território, reconhecer os caminhos já percorridos pelo município e, sobretudo, enfrentar um dos desafios mais presentes nos processos de planejamento educacional: articular, em um mesmo horizonte, políticas, planos, programas, diagnósticos, pactuações e compromissos que, embora incidam sobre a educação municipal, muitas vezes são construídos, executados e acompanhados de forma fragmentada.

Na prática, os municípios já produzem uma quantidade significativa de informações e instrumentos de planejamento. Há diagnósticos que identificam desigualdades, planos que estabelecem prioridades, programas que mobilizam recursos, políticas que definem responsabilidades, pactuações interfederativas, indicadores, fluxos de gestão e ações intersetoriais. Entretanto, nem sempre é simples localizar essas informações, compreender como elas se relacionam e transformá-las em elementos concretos para a construção do Plano Municipal de Educação. O desafio, portanto, não está apenas na ausência de dados, mas também na dispersão das evidências, na coexistência de diferentes instrumentos de planejamento e na dificuldade de fazê-los dialogar com uma agenda educacional única, territorializada e de longo prazo.

É justamente nesse ponto que este Mapa das Políticas Educacionais em Diálogo com o Plano Municipal de Educação se insere. Sua finalidade não é acrescentar mais um documento ao conjunto de materiais já existentes, mas contribuir para aproximar aquilo que muitas vezes aparece separado, ajudando os municípios a reconhecerem que os compromissos assumidos em diferentes políticas educacionais precisam encontrar correspondência no novo PME. Aquilo que o município já diagnosticou, pactuou, iniciou, financiou ou definiu como prioridade não pode permanecer à margem do planejamento decenal.

O Mapa reúne sete frentes estratégicas de diálogo: Plano Municipal pela Primeira Infância; Plano de Expansão da Educação Infantil; Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral; RENALFA e Política de Alfabetização; Política de Recomposição das Aprendizagens; Diagnóstico do Plano de Ações Articuladas - PAR; e Selo UNICEF. A escolha dessas frentes parte do entendimento de que cada uma delas oferece evidências importantes sobre o território e permite identificar demandas, desigualdades, prioridades, compromissos já assumidos,

capacidades institucionais e desafios que precisam repercutir na formulação do novo Plano Municipal de Educação.

Cada bloco preserva a lógica metodológica construída para as oficinas: compreender o que determinada política revela sobre o território; identificar os objetivos, metas e estratégias do PNE 2026-2036 com os quais estabelece diálogo; e territorializar essas evidências na formulação dos objetivos, metas e estratégias do novo PME. Assim, o movimento proposto não é simplesmente transpor conteúdos de um documento para outro, mas analisar criticamente o que já existe, reconhecer o que precisa ter continuidade, identificar lacunas e transformar evidências territoriais em compromissos educacionais mensuráveis, financiáveis, monitoráveis e possíveis de serem executados ao longo do decênio.

Mais do que um conjunto de informações, este material pretende funcionar como instrumento de leitura, articulação e tomada de decisão. O desafio colocado aos municípios é fazer com que o novo PME não seja um documento isolado das políticas que já acontecem no território, mas o espaço em que essas políticas se encontram, dialogam e ganham perspectiva de continuidade. Construir o PME é, portanto, transformar a multiplicidade de políticas e evidências do presente em um projeto educacional articulado para os próximos dez anos.

REGRA DE OURO

NÃO É COPIAR. É TERRITORIALIZAR. Nenhuma política entra automaticamente no PME. O que entra no Plano são os problemas educacionais que precisam ser enfrentados, as mudanças que o município pretende produzir, os resultados que serão assumidos como metas e as estratégias capazes de concretizá-los.

COMO UTILIZAR ESTE MAPA

1. 1. Recuperar a política, plano, programa ou diagnóstico e verificar sua vigência, objetivos, metas, estratégias, indicadores e responsabilidades.
2. 2. Identificar o que foi executado, o que permanece pendente e quais desigualdades aparecem nos dados.
3. 3. Cruzar as evidências com outras fontes oficiais e com o diagnóstico do PME.
4. 4. Localizar os objetivos, metas e estratégias do PNE 2026-2036 que efetivamente dialogam.
5. 5. Definir como o município territorializará objetivos, metas, estratégias, indicadores, responsabilidades, recursos e prazos.

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

IDEIA-FORÇA

O PMPI revela o que o município já diagnosticou e pactuou para a primeira infância. O PNE 2026-2036 apresenta compromissos nacionais. O novo PME precisa territorializar esses compromissos a partir das necessidades, desigualdades, capacidades e prioridades locais.

1. O PMPI E SUA RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI constitui importante instrumento de planejamento intersetorial destinado a organizar, no âmbito do município, políticas públicas, ações, compromissos e responsabilidades voltados à garantia dos direitos das crianças na primeira infância. Sua importância para a elaboração do novo Plano Municipal de Educação decorre justamente de sua natureza transversal: as condições de desenvolvimento dos bebês e das crianças não dependem exclusivamente da política educacional, mas são atravessadas pelas áreas de saúde, assistência social, alimentação, cultura, esporte, proteção social, planejamento, infraestrutura, mobilidade, meio ambiente e demais políticas públicas presentes no território.

Ao iniciar a elaboração do novo PME, a Comissão Gestora e a Equipe Técnica não devem olhar para a Educação Infantil isoladamente. É necessário recuperar o que o município já diagnosticou, pactuou e planejou para a primeira infância e compreender quais desses compromissos possuem relação direta com o direito à educação. O PMPI pode revelar déficit de vagas em creche, crianças de 4 e 5 anos fora da pré-escola, territórios com menor cobertura, barreiras enfrentadas pelas crianças público da Educação Especial, necessidades de infraestrutura, fragilidades de mobilidade, dificuldades de articulação entre serviços públicos e desigualdades que desaparecem quando se observa apenas a média municipal.

O PNE 2026-2036 reforça essa leitura integrada ao estabelecer entre seus objetivos gerais a proteção e o desenvolvimento da primeira infância e ao incorporar intersectorialidade, interseccionalidade e territorialidade como referências para o enfrentamento dos problemas educacionais. Assim, determinados problemas educacionais devem ser compreendidos em suas múltiplas causas e enfrentados por respostas articuladas entre diferentes políticas públicas.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- PMPI vigente e respectivo ato de aprovação ou instituição.
- Diagnóstico municipal da primeira infância.
- Objetivos, metas, estratégias, indicadores, responsáveis e prazos definidos no PMPI.
- Relatórios de monitoramento e avaliação.
- Dados de Educação, Saúde e Assistência Social relacionados às crianças de 0 a 6 anos.
- Registros de demanda por creche, acesso à pré-escola e busca ativa.
- Informações sobre crianças público da Educação Especial e barreiras de acesso e participação.
- Dados territorializados por bairros, comunidades, campo e demais áreas do município.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

6. O PMPI está vigente e sendo executado?
7. Quais metas foram cumpridas, parcialmente cumpridas ou não cumpridas?
8. Quais compromissos dependem diretamente da Educação?
9. Quais exigem atuação conjunta entre Educação, Saúde e Assistência Social?
10. Quais desigualdades permanecem entre os territórios?
11. Quais questões precisarão continuar sendo enfrentadas durante a próxima década?

PONTO CENTRAL

O novo PME não deve simplesmente mencionar o PMPI. Deve utilizar aquilo que o Plano da Primeira Infância já revelou sobre o território para qualificar objetivos, metas e estratégias educacionais.

2. ONDE O PMPI ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O diálogo mais direto do PMPI com o PNE encontra-se nos Objetivos 1 e 2, referentes ao acesso e à qualidade da Educação Infantil. Entretanto, a relação não se encerra neles. Dependendo da realidade municipal, também deverão ser observados os objetivos referentes à Educação Especial Inclusiva, Educação do Campo, valorização dos profissionais, infraestrutura, financiamento, gestão democrática e redução das desigualdades.

OBJETIVO 1 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

O PNE estabelece como objetivo ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola.

Meta 1.a - Creche

Ampliar a oferta para atender 100% da demanda manifesta por creche, alcançando, em nível nacional, no mínimo 60% das crianças de até 3 anos ao final da vigência do PNE. Para o município, isso exige conhecer quantas crianças precisam de creche, onde estão, quem já foi atendido e quem permanece fora.

Meta 1.b - Redução das desigualdades

Reduzir para, no máximo, 10 pontos percentuais a diferença de acesso à creche entre as crianças do quintil de renda familiar per capita mais elevado e aquelas do quintil mais baixo. O PME precisa, portanto, analisar quem acessa a oferta, quem permanece excluído e quais territórios concentram menor cobertura.

Meta 1.c - Pré-escola

Universalizar, até o segundo ano de vigência do PNE, o acesso à pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos. Universalização exige mecanismos de identificação de cada criança ainda fora da escola, busca ativa e acompanhamento da permanência.

OBJETIVO 2 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O PNE separa intencionalmente acesso e qualidade. As Metas 2.a e 2.b determinam que toda a oferta de creche e pré-escola alcance padrões nacionais de qualidade, considerando infraestrutura física, profissionais da educação, condições de gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade e práticas pedagógicas. Portanto, ampliar vagas sem qualificar as condições de oferta não é suficiente.

ESTRATÉGIAS DO PNE COM FORTE DIÁLOGO

- 1.2 - Construção, reestruturação e adequação de unidades com sustentabilidade, inclusão e prioridade territorial.
- 1.3 - Levantamento da demanda e busca ativa em articulação com Assistência Social, Saúde e Sistema de Garantia de Direitos.
- 1.5 e 1.6 - critérios de equidade e acompanhamento do acesso e permanência.
- 2.13 - Articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte e Cultura.
- 2.22 e 2.23 - Fortalecimento da relação entre instituições educacionais e famílias.
- 2.24 - Integração de sistemas de dados oficiais para monitorar o direito à educação e as políticas de proteção à infância.

OUTROS OBJETIVOS QUE PODEM DIALOGAR

Objetivo 10 - Educação Especial Inclusiva; Objetivo 9 - Educação do Campo, Indígena e Quilombola; Objetivo 17 - formação, carreira, provimento e condições de trabalho; Objetivo 19 - financiamento e infraestrutura.

3. DO PMPI AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

O PMPI não deve ser copiado para dentro do PME, nem as metas nacionais devem ser simplesmente reproduzidas. A tarefa da Comissão Gestora e da Equipe Técnica é confrontar os compromissos já assumidos com os dados atuais, as projeções oficiais, as desigualdades internas e a capacidade de execução do município, transformando problemas concretos em objetivos, metas e estratégias territorializadas.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Garantir o direito à Educação Infantil com acesso, qualidade, equidade e inclusão.
- Ampliar progressivamente o atendimento em creche considerando demanda real e desigualdades territoriais.
- Assegurar universalização e permanência de todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.
- Reduzir desigualdades de acesso e qualidade entre territórios e grupos sociais.
- Garantir infraestrutura, acessibilidade e profissionais compatíveis com padrões de qualidade.
- Fortalecer articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais políticas da primeira infância.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Acesso à creche: definir trajetória municipal de ampliação da cobertura e atendimento da demanda manifesta.
- Pré-escola: assegurar matrícula e permanência de todas as crianças de 4 e 5 anos.
- Equidade: reduzir diferenças de atendimento entre territórios e grupos.
- Qualidade: estabelecer progressão para adequação de infraestrutura, acessibilidade, profissionais, materiais e gestão.
- Profissionais: planejar formação, provimento, valorização e condições adequadas de trabalho.
- Intersetorialidade: institucionalizar mecanismos permanentes de articulação entre políticas.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS QUE PODEM NASCER DESSE DIÁLOGO

- Realizar levantamento periódico e territorializado da demanda por creche.
- Instituir mecanismos transparentes de registro e acompanhamento da demanda.
- Fortalecer busca ativa para crianças de 4 e 5 anos.
- Integrar dados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social.
- Definir territórios prioritários para ampliação de vagas.
- Construir, ampliar, reformar e adequar unidades de Educação Infantil.
- Assegurar acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal.
- Planejar concurso, provimento e formação de profissionais conforme a expansão.
- Fortalecer relação com famílias e comunidades.
- Acompanhar acesso, frequência, permanência e desigualdades.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - PMPI x PNE x PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Crianças aguardando vaga em creche	Meta 1.a	Definir trajetória municipal de expansão.
Grandes diferenças entre territórios	Meta 1.b	Estabelecer prioridades e meta de redução da desigualdade.
Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Meta 1.c	Busca ativa e garantia da universalização.
Unidades com problemas estruturais	Objetivo 2	Definir metas de qualificação da oferta.
Falta de acessibilidade	Objetivos 2 e 10	Estratégias de eliminação de barreiras.
Fragilidade Educação-Saúde-Assistência	1.3, 2.13 e 2.24	Instituir fluxos e responsabilidades intersetoriais.
Insuficiência de profissionais	Objetivo 17	Planejar formação, provimento e valorização.
Necessidade de novas unidades	Objetivo 19	Integrar expansão, infraestrutura e financiamento.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

12. Quantos bebês e crianças de 0 a 5 anos vivem no município e onde estão?
13. Quantas crianças de 0 a 3 anos precisam de creche?
14. O município conhece a demanda potencial ou apenas a lista de espera?
15. Todas as crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas e frequentando?
16. Existem diferenças relevantes entre territórios?
17. As crianças público da Educação Especial acessam e participam plenamente?
18. A infraestrutura suporta a expansão pretendida?

19. Há profissionais suficientes?

20. Quais compromissos do PMPI continuam necessários?

21. Quais problemas deverão se transformar em objetivos, metas e estratégias do novo PME?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

O PMPI revela o que o município já diagnosticou e pactuou para a primeira infância. O PNE estabelece compromissos nacionais. O diagnóstico municipal demonstra condições, desigualdades e capacidades. O novo PME deverá transformar esse conjunto de evidências em objetivos, metas e estratégias territorializadas, executáveis, monitoráveis e comprometidas com o direito à educação de todos os bebês e crianças.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

Expandir a Educação Infantil não é apenas abrir novas vagas. É conhecer a demanda real, localizar desigualdades, planejar infraestrutura, acessibilidade, profissionais, financiamento e condições de qualidade para que o acesso se transforme efetivamente em direito.

PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2. PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA DEMANDA AO PLANEJAMENTO

O Plano de Expansão da Educação Infantil constitui referência essencial para a elaboração do novo PME porque transforma a necessidade de ampliar o atendimento em um processo planejado, territorializado e financeiramente sustentável. A expansão não pode ser construída apenas a partir do número de matrículas existentes ou de uma lista de espera. É necessário conhecer a população de 0 a 5 anos, a demanda manifesta e potencial, a localização das crianças, a capacidade instalada das unidades, as condições de infraestrutura, o quadro de profissionais, a acessibilidade, a alimentação, o transporte e os custos permanentes da ampliação.

Esse olhar evita que o município estabeleça uma meta de expansão descolada de sua capacidade de execução. Criar vagas exige prever onde elas serão ofertadas, quais unidades poderão ser ampliadas, onde novas unidades serão necessárias, quantos professores e demais profissionais precisarão ser providos, quais adequações deverão ocorrer e como a expansão será financiada e mantida ao longo do decênio.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Plano, estudo ou cronograma municipal de expansão da Educação Infantil.
- Cadastro e lista de demanda por creche, com critérios de inscrição e priorização.
- Dados populacionais de 0 a 3 e 4 a 5 anos, preferencialmente territorializados.
- Mapa das unidades de Educação Infantil, capacidade instalada, matrículas e vagas disponíveis.
- Projetos, obras em andamento, reformas, ampliações e demandas registradas no PAR.
- Quadro de professores e demais profissionais, vínculos, formação e projeção de necessidades.
- PPA, LDO, LOA e fontes de financiamento relacionadas à expansão.

O QUE PRECISA SER ANALISADO

- Demanda manifesta e demanda potencial por creche.
- Situação da universalização da pré-escola.
- Diferenças de cobertura entre bairros, comunidades, campo e demais territórios.
- Condições de infraestrutura, acessibilidade, saneamento, água, alimentação e espaços externos.

- Relação entre número de bebês/crianças, salas e profissionais.
- Distâncias, transporte e barreiras territoriais.
- Custo de implantação e custo permanente de manutenção das novas vagas.

PONTO DE ATENÇÃO

Uma lista de espera não representa necessariamente toda a demanda. Famílias que não conseguiram se cadastrar, que vivem em áreas distantes ou que desconhecem o direito podem permanecer invisíveis ao planejamento.

2. ONDE A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O diálogo central ocorre com os Objetivos 1 e 2 do PNE. Entretanto, uma expansão executável exige também observar o Objetivo 17, referente aos profissionais da educação, e o Objetivo 19, referente ao financiamento e à infraestrutura.

OBJETIVO 1 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

- Meta 1.a - atender 100% da demanda manifesta por creche e alcançar, em nível nacional, no mínimo 60% das crianças de até 3 anos ao final do decênio.
- Meta 1.b - reduzir a desigualdade de acesso à creche entre os quintis de renda para, no máximo, 10 pontos percentuais.
- Meta 1.c - universalizar o acesso à pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos até o segundo ano de vigência do PNE.

OBJETIVO 2 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Metas 2.a e 2.b determinam que toda a oferta de creche e pré-escola alcance padrões nacionais de qualidade, considerados, no mínimo, infraestrutura física, profissionais, condições de gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade e práticas pedagógicas. Portanto, o PME não pode construir uma meta de expansão sem construir, ao mesmo tempo, condições para a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS DO PNE COM FORTE CONEXÃO

- 1.1 - Reforço do papel redistributivo da União e dos Estados, inclusive para construção, reestruturação, adequação, equipamentos e mobiliários.
- 1.2 - Políticas de construção, reestruturação e adequação com sustentabilidade socioambiental e arquitetura inclusiva.
- 1.3 - Política de levantamento da demanda por creche e busca ativa, articulada com Saúde, Assistência Social e SGDCA.
- 1.4 - Instrumento nacional para levantamento da demanda por vagas em creche.

- 1.5 - Critérios de priorização com equidade étnico-racial e socioeconômica.
- 1.12 - Assistência técnica e financeira para ampliar oferta em localidades com menores índices de atendimento.
- 2.1 - Padrões de qualidade abrangendo infraestrutura, alimentação, transporte, gestão, recursos, profissionais e número de crianças por sala.
- 2.15 - Incentivo a concursos públicos periódicos para profissionais do magistério na Educação Infantil.

DIÁLOGOS TRANSVERSAIS

- Objetivo 9 - quando a expansão envolver Educação do Campo, comunidades indígenas ou quilombolas.
- Objetivo 10 - acessibilidade, AEE e eliminação de barreiras para o público da Educação Especial.
- Objetivo 17 - formação, carreira, provimento e condições de trabalho.
- Objetivo 19 - infraestrutura, financiamento, equidade na capacidade de oferta e alinhamento com PPA, LDO e LOA.

NÃO É TRANSFERIR A META

O percentual nacional orienta o planejamento, mas o município deverá considerar a projeção oficial aplicável ao ente, sua linha de base, a demanda real, as desigualdades internas e a trajetória necessária para construir a própria meta do PME.

3. DO PLANO DE EXPANSÃO AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

A territorialização começa quando a equipe deixa de perguntar apenas 'quantas vagas precisamos criar?' e passa a responder: para quem, onde, em qual faixa etária, com quais condições, em qual prazo, com quais profissionais e com quais recursos. A resposta a essas perguntas deve orientar os objetivos, metas e estratégias do novo PME.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Universalizar e sustentar o acesso à pré-escola.
- Ampliar progressivamente o atendimento em creche, considerando demanda e equidade.
- Reduzir desigualdades territoriais e socioeconômicas de acesso.
- Garantir expansão com padrões de qualidade, inclusão e acessibilidade.
- Assegurar capacidade física, profissional e financeira compatível com a expansão.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Percentual e trajetória municipal de atendimento da demanda por creche.
- Manutenção da universalização da pré-escola e mecanismos de identificação das crianças fora da escola.
- Redução das diferenças de cobertura entre territórios e grupos.
- Número/proporção de unidades a construir, ampliar, reformar ou adequar conforme diagnóstico.
- Dimensionamento e provimento de profissionais necessários à expansão.
- Progressão da adequação das unidades aos padrões de qualidade e acessibilidade.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Instituir cadastro transparente, permanente e territorializado da demanda por creche.
- Realizar busca ativa e integrar bases de dados de Educação, Saúde e Assistência Social.
- Produzir mapa anual de oferta, déficit e projeção demográfica.
- Definir critérios de prioridade territorial e social para expansão.
- Elaborar plano plurianual de obras, ampliações, reformas e adequações.
- Planejar concurso, provimento, formação e distribuição dos profissionais.
- Articular expansão ao PAR e aos instrumentos orçamentários.
- Monitorar anualmente demanda, cobertura, desigualdade, qualidade e custo.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - EXPANSÃO × PNE × PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Demanda por creche superior à oferta	Meta 1.a	Definir trajetória de expansão baseada na demanda real.
Territórios com menor cobertura	Meta 1.b e Estratégia 1.12	Priorizar expansão onde a desigualdade é maior.
Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Meta 1.c	Busca ativa e universalização efetiva.
Unidades sem condições para ampliar	Metas 2.a/2.b e Estratégia 2.1	Planejar novas unidades ou adequações.
Falta de professores/profissionais	Objetivo 17	Vincular expansão ao provimento e formação.
Necessidade de obras e equipamentos	Objetivo 19	Articular PME, PAR, PPA, LDO e LOA.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

22. Quantas crianças de 0 a 3 anos vivem no município e quantas demandam creche?

23. Onde estão os maiores déficits de atendimento?

24. A demanda conhecida contempla campo e territórios mais distantes?
25. A pré-escola está realmente universalizada?
26. Quais unidades possuem capacidade de ampliação?
27. Onde novas unidades são necessárias?
28. Quantos profissionais serão necessários em cada etapa da expansão?
29. Quanto custará implantar e manter as novas vagas?
30. Quais fontes de financiamento e ações de colaboração poderão ser mobilizadas?
31. Como o município acompanhará anualmente se a expansão está reduzindo desigualdades e mantendo qualidade?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

A meta de expansão só será consistente quando estiver apoiada em demanda real, localização territorial, capacidade instalada, profissionais, padrões de qualidade e financiamento. O novo PME precisa transformar a expansão da Educação Infantil em uma trajetória decenal executável, monitorável e comprometida com equidade.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

Ampliar o tempo integral não significa apenas ampliar a permanência na escola. O planejamento precisa assegurar educação integral, intencionalidade pedagógica, equidade, infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, currículo integrado e sustentabilidade da expansão.

PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

3. PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral constitui referência importante para o novo PME porque a ampliação da jornada escolar produz repercussões pedagógicas, administrativas, financeiras e territoriais em toda a rede. Uma meta de crescimento das matrículas em tempo integral somente será consistente se estiver acompanhada de condições que assegurem qualidade, intencionalidade pedagógica e desenvolvimento integral dos estudantes.

A análise municipal deve superar uma visão restrita à quantidade de horas. É necessário compreender como a jornada ampliada reorganiza currículo, tempos, espaços, alimentação, transporte, profissionais, gestão e relação com o território. A escola de tempo integral precisa oferecer experiências educativas diversificadas e articuladas, e não simplesmente prolongar a mesma organização pedagógica do turno parcial.

Também é indispensável observar quem está acessando a política. A expansão deve ser analisada sob a perspectiva da equidade: territórios com maior vulnerabilidade, estudantes com defasagem idade-série, população negra, indígena, quilombola, do campo e público da Educação Especial aparecem expressamente no PNE como grupos que devem ser considerados na ampliação da jornada.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Plano ou política municipal de Educação Integral em Tempo Integral e cronograma de expansão.
- Número e percentual de escolas que ofertam tempo integral.
- Número e percentual de estudantes matriculados em jornada integral, por etapa, modalidade e território.
- Diagnóstico de infraestrutura das unidades: salas, cozinhas, refeitórios, banheiros, quadras, bibliotecas, laboratórios, áreas externas e acessibilidade.
- Quadro de professores e demais profissionais, jornadas, vínculos e formação.
- Dados de alimentação escolar, transporte e deslocamento dos estudantes.
- Documentos curriculares, propostas pedagógicas e PPPs das unidades de tempo integral.
- Custos atuais e projeção financeira da expansão.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

- 32. A expansão está baseada em diagnóstico ou apenas em disponibilidade imediata de espaço?
- 33. Quais etapas, modalidades e territórios apresentam maior necessidade?
- 34. As escolas possuem condições físicas para jornada de 7 horas ou 35 horas semanais?
- 35. O currículo foi reorganizado para a perspectiva da educação integral?
- 36. Há profissionais suficientes e condições adequadas de trabalho?
- 37. A alimentação e o transporte suportam a expansão?
- 38. Quem está sendo priorizado e quais desigualdades permanecem?
- 39. A expansão prevista é financeiramente sustentável ao longo do decênio?

PONTO CENTRAL

Tempo integral é uma condição de jornada; educação integral é uma concepção de formação humana. O novo PME precisa assegurar que a expansão da jornada esteja vinculada à qualidade e à intencionalidade pedagógica.

2. ONDE A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O diálogo central está no Objetivo 6 do PNE, que determina a ampliação da oferta de educação integral em tempo integral na rede pública, assegurando qualidade e intencionalidade pedagógica. Esse objetivo deve ser lido em articulação com acesso, permanência, aprendizagem, equidade, profissionais, infraestrutura e financiamento.

OBJETIVO 6 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Meta 6.a

Garantir oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, preferencialmente em turno único, em no mínimo 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 35% dos estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência do PNE; e em no mínimo 65% das escolas, atendendo pelo menos 50% dos estudantes até o final do decênio.

ESTRATÉGIAS DO PNE COM FORTE CONEXÃO

- 6.1 - Política de ampliação da oferta e qualidade, garantindo infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte e recursos didático-pedagógicos.
- 6.2 - Diretrizes operacionais com monitoramento, qualidade, intencionalidade pedagógica, direitos de aprendizagem e abordagem multidisciplinar e intersetorial.
- 6.3 - Integração de espaços, instituições e tempos educativos, articulando atividades acadêmicas, científicas, tecnológicas, recomposição, recreação, esporte, arte e cultura.

- 6.5 - Ampliação para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com defasagem idade-série, negros, indígenas, quilombolas, do campo e público da Educação Especial.
- 6.6 - Construção, ampliação e reestruturação das escolas com quadras, laboratórios, espaços culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, saneamento, água, energia, mobiliário e acessibilidade.
- 6.8 - Participação da comunidade escolar na construção de currículos e propostas contextualizadas.
- 6.9 - Formação inicial e continuada dos profissionais na perspectiva da educação integral.
- 6.10 - Incentivos para dedicação docente à jornada de tempo integral, preferencialmente em uma única escola.
- 6.11 - Fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão pedagógica integrada.
- 6.14 - Indicadores e instrumentos de acompanhamento da qualidade, considerando intencionalidade pedagógica, integração curricular, bem-estar e engajamento.
- 6.15 - Expansão equilibrada entre regiões e etapas da educação básica.

DIÁLOGOS TRANSVERSAIS

- Objetivo 4 - Estratégia 4.3: acesso e permanência no Ensino Fundamental e Médio em tempo integral com prioridade a grupos vulnerabilizados.
- Objetivo 5 - aprendizagem e recomposição das aprendizagens.
- Objetivo 17 - formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais.
- Objetivo 19 - financiamento e infraestrutura, incluindo alinhamento do PPA, LDO e LOA aos planos de educação.

NÃO É COPIAR A META 6.a

A Meta 6.a é nacional. O município deverá considerar as projeções oficiais aplicáveis ao ente, sua linha de base, capacidade física, quadro profissional, características territoriais e capacidade financeira para definir a trajetória do PME.

3. DO PLANO DE EXPANSÃO AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

A territorialização da política exige que o município transforme a Meta 6.a e as estratégias nacionais em uma trajetória local executável. O diagnóstico deverá demonstrar quantas escolas e matrículas já estão em tempo integral, quais podem avançar, quais necessitam de investimento prévio e quais territórios devem ser priorizados. A expansão deve ser

acompanhada por indicadores de qualidade, permanência, aprendizagem, equidade, bem-estar e participação.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Ampliar progressivamente a oferta de Educação Integral em Tempo Integral com qualidade e equidade.
- Garantir intencionalidade pedagógica e integração curricular na jornada ampliada.
- Reduzir desigualdades territoriais e sociais de acesso ao tempo integral.
- Assegurar infraestrutura, profissionais, alimentação e transporte compatíveis com a expansão.
- Fortalecer gestão, participação da comunidade e articulação com o território.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Percentual de escolas municipais com oferta em tempo integral ao longo do decênio.
- Percentual de estudantes atendidos em jornada integral.
- Distribuição da expansão entre etapas, modalidades e territórios.
- Percentual de unidades adequadas às condições de infraestrutura necessárias.
- Dimensionamento e formação dos profissionais.
- Indicadores municipais de permanência, aprendizagem, bem-estar e equidade.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Elaborar trajetória progressiva de expansão baseada em diagnóstico territorial.
- Definir critérios de prioridade para territórios e grupos com maiores desigualdades.
- Adequar infraestrutura antes ou concomitantemente à ampliação da jornada.
- Reorganizar alimentação e transporte escolar conforme a jornada ampliada.
- Dimensionar e prover profissionais, assegurando formação específica.
- Revisar currículos e PPPs para garantir educação integral e integração de experiências.
- Articular escola, cultura, esporte, ciência, tecnologia e espaços do território com intencionalidade pedagógica.
- Vincular a expansão ao PAR, PPA, LDO e LOA.
- Monitorar anualmente cobertura, permanência, aprendizagem, desigualdades, bem-estar e custos.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - TEMPO INTEGRAL × PNE × PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
-----------------------	-------------------	-------------------------

Baixa cobertura de tempo integral	Meta 6.a	Definir trajetória municipal progressiva de expansão.
Maior vulnerabilidade em determinados territórios	Estratégia 6.5	Estabelecer critérios de prioridade.
Unidades sem infraestrutura adequada	6.1 e 6.6	Planejar adequações e investimentos antes da expansão.
Currículo fragmentado	6.2, 6.3 e 6.11	Reorganizar currículo e gestão pedagógica.
Insuficiência de profissionais	6.9, 6.10 e Objetivo 17	Planejar formação, provimento e jornada.
Ausência de indicadores de qualidade	6.14	Instituir monitoramento multidimensional.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

40. Qual é a linha de base municipal de escolas e matrículas em tempo integral?
41. Quais projeções oficiais deverão orientar a meta municipal?
42. Quais territórios e grupos devem ser priorizados?
43. Quais escolas possuem condições imediatas e quais precisam de investimento prévio?
44. Quanto custará ampliar e manter a jornada?
45. Quantos profissionais serão necessários?
46. Como o currículo será reorganizado?
47. Como alimentação e transporte serão adequados?
48. Quais indicadores demonstrarão qualidade, e não apenas quantidade?
49. Como o município garantirá sustentabilidade financeira até o final do decênio?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

A expansão do tempo integral precisa ser planejada como política de educação integral. O novo PME deverá estabelecer uma trajetória municipal de ampliação que una cobertura, equidade, qualidade, currículo, infraestrutura, profissionais, financiamento e monitoramento, evitando que o aumento da jornada se torne um compromisso quantitativo sem condições de efetivação.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

A alfabetização precisa entrar no novo PME como compromisso de direito, aprendizagem e equidade. Não basta conhecer a média municipal: é necessário identificar quem está aprendendo, quem ainda não está, onde estão as desigualdades e quais condições pedagógicas, formativas e de gestão precisam ser transformadas.

RENALFA (REDE NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE GESTÃO, FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO) É UM COMPONENTE ESTRATÉGICO DO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA)

4. ALFABETIZAÇÃO: DOS RESULTADOS À GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER

As ações desenvolvidas no âmbito da RENALFA e das políticas de alfabetização constituem fonte fundamental para a elaboração do novo PME porque reúnem evidências sobre leitura, escrita, matemática, formação dos profissionais, acompanhamento pedagógico, avaliação e desigualdades de aprendizagem. Esses dados não devem ser utilizados apenas para descrever resultados; precisam ajudar o município a compreender os problemas que impedem todas as crianças de avançarem no tempo adequado.

A análise precisa ultrapassar a média da rede. Dois municípios podem apresentar percentuais semelhantes de alfabetização e, ainda assim, conviver com realidades muito distintas entre escolas, territórios e grupos sociais. Da mesma forma, uma média municipal considerada satisfatória pode ocultar escolas com resultados muito baixos, diferenças relacionadas ao nível socioeconômico, raça/cor, localização ou necessidades específicas de determinados públicos. O planejamento decenal precisa enxergar essas diferenças.

Também é necessário compreender a alfabetização como processo articulado. O próprio PNE relaciona os processos pedagógicos de alfabetização às estratégias desenvolvidas na pré-escola, à formação dos profissionais, às avaliações diagnósticas e formativas, ao acompanhamento individualizado, à recomposição das aprendizagens e à redução das desigualdades. Portanto, o novo PME não deverá tratar a alfabetização como uma ação isolada dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Resultados municipais de alfabetização e aprendizagem em matemática, com séries históricas quando disponíveis.
- Resultados por escola, território e grupos sociais, evitando análise apenas da média da rede.
- Avaliações diagnósticas, formativas e externas utilizadas pelo município.
- Plano municipal de alfabetização e documentos/ações vinculados à RENALFA.
- Registros de formação continuada, acompanhamento e apoio aos professores alfabetizadores.

- Dados sobre frequência, fluxo, distorção, recomposição e crianças que necessitam de maior apoio.
- Documentos que orientam a transição entre pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

50. Qual é a linha de base municipal de alfabetização e matemática?
51. Quais escolas e territórios apresentam os maiores desafios?
52. Há diferenças importantes entre grupos sociais?
53. As avaliações diagnósticas produzem intervenção pedagógica ou apenas registro?
54. A formação continuada chega a todos os profissionais que dela necessitam?
55. Como a rede acompanha individualmente as crianças que ainda não consolidaram aprendizagens?
56. Existe articulação pedagógica entre pré-escola, 1º e 2º anos?
57. Quais ações já demonstraram resultados e precisam ser sustentadas no decênio?

PONTO CENTRAL

O novo PME não deve estabelecer apenas uma meta de percentual. Precisa explicitar como o município enfrentará as desigualdades e quais condições serão construídas para que todas as crianças aprendam.

2. ONDE A ALFABETIZAÇÃO ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O diálogo central encontra-se no Objetivo 3 do PNE, que assegura a alfabetização e o nível adequado de aprendizagem em matemática ao final do segundo ano do Ensino Fundamental a todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução das desigualdades, visando à sua superação.

OBJETIVO 3 - ALFABETIZAÇÃO

Meta 3.a - Alfabetização

Assegurar que, no mínimo, 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do Ensino Fundamental até o quinto ano de vigência do PNE e que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano até o final do decênio.

Meta 3.b - Aprendizagem em Matemática

Assegurar que, no mínimo, 80% das crianças alcancem o nível adequado de aprendizagem em matemática ao final do segundo ano até o quinto ano de vigência e que todas alcancem o nível adequado até o final do decênio.

Meta 3.c - Redução das desigualdades

Reduzir as desigualdades nos resultados de alfabetização e matemática entre grupos sociais, considerando pelo menos raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização, de modo que, até o final do PNE, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90%.

ESTRATÉGIAS DO PNE COM FORTE CONEXÃO

- 3.1 - Governança e pactuação federativa voltadas ao cumprimento das metas de alfabetização e matemática.
- 3.2 - Estruturação dos processos de alfabetização e matemática em articulação com a pré-escola, com apoio pedagógico específico, codocência e mentoria.
- 3.3 - Apoio à alfabetização de crianças quilombolas, indígenas, do campo, das águas, das florestas, refugiadas e público da Educação Especial, com instrumentos específicos e recomposição.
- 3.6 - Valorização dos profissionais do magistério em exercício na alfabetização.
- 3.7 - Formação inicial, continuada e desenvolvimento profissional para atuação em turmas heterogêneas, multisseriadas, inclusivas e contextos diversos.
- 3.8 - Aprimoramento e caráter censitário dos instrumentos de avaliação.
- 3.9 - Divulgação periódica dos resultados, contextualizados por indicadores sociais.
- 3.10 - Avaliações diagnósticas e formativas desde o 1º ano, acompanhando leitura, escrita, matemática e fluência e possibilitando mediações imediatas e personalizadas.
- 3.11 - Apropriação dos resultados pelas escolas com análise dos diferentes grupos sociais.
- 3.13 - Fortalecimento da capacidade técnica das Secretarias de Educação.
- 3.14 - Políticas específicas para crianças de maior vulnerabilidade social.
- 3.15 - Ações e programas de recomposição com acompanhamento contínuo e individualizado.
- 3.16 - Materiais didáticos diversificados e adequados às necessidades da alfabetização.

DIÁLOGOS TRANSVERSAIS

- Objetivo 2 - continuidade dos processos de aprendizagem entre Educação Infantil e anos iniciais, especialmente Estratégia 2.4.
- Objetivo 5 - aprendizagem no Ensino Fundamental, avaliação diagnóstica, acompanhamento e redução das desigualdades.
- Objetivo 10 - acessibilidade, participação e aprendizagem do público da Educação Especial.

- Objetivo 17 - formação e valorização dos profissionais.
- Objetivo 18 - participação, gestão democrática e uso de dados no planejamento.

NÃO É COPIAR 80% OU 100%

O município deverá considerar as projeções oficiais aplicáveis ao ente, sua linha de base e as desigualdades internas para construir a trajetória de suas metas. A referência nacional orienta o compromisso; o PME define como o território contribuirá para alcançá-lo.

3. DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

A territorialização exige que os resultados da alfabetização sejam transformados em decisões de planejamento. A Comissão Gestora e a Equipe Técnica precisam identificar a distância entre a situação atual e a mudança desejada, compreender quais grupos e escolas demandam maior atenção e definir estratégias capazes de alterar as condições que produzem os resultados. Uma meta municipal de alfabetização deve estar acompanhada de mecanismos de formação, avaliação, acompanhamento, apoio pedagógico, recomposição e gestão.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do Ensino Fundamental.
- Garantir nível adequado de aprendizagem em matemática no mesmo marco.
- Reduzir desigualdades de alfabetização e matemática entre escolas, territórios e grupos sociais.
- Fortalecer a formação e valorização dos profissionais alfabetizadores.
- Consolidar avaliação diagnóstica, acompanhamento individualizado e apoio pedagógico como políticas permanentes.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Percentual municipal de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano, com trajetória intermediária e final.
- Percentual de crianças no nível adequado de aprendizagem em matemática.
- Redução das diferenças de resultados entre escolas, territórios e grupos.
- Cobertura da formação continuada e acompanhamento pedagógico.
- Percentual de crianças acompanhadas por mecanismos diagnósticos e intervenções quando necessário.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Instituir avaliações diagnósticas e formativas com utilização pedagógica dos resultados.
- Construir mecanismos de acompanhamento individual do progresso das crianças.
- Garantir formação continuada e apoio aos professores alfabetizadores.
- Fortalecer coordenação pedagógica, mentoria e acompanhamento das escolas.
- Articular Educação Infantil e anos iniciais, respeitando especificidades de cada etapa.
- Desenvolver ações específicas para escolas, territórios e grupos com maiores desigualdades.
- Articular alfabetização e recomposição das aprendizagens.
- Assegurar materiais diversificados, literatura e recursos acessíveis.
- Publicizar e analisar resultados com contextualização social, evitando rankings simplificadores.
- Monitorar anualmente a trajetória das metas municipais.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - ALFABETIZAÇÃO × PNE × PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Percentual insuficiente de crianças alfabetizadas	Meta 3.a	Definir trajetória municipal e estratégias estruturantes.
Baixo nível de matemática	Meta 3.b	Estabelecer meta e acompanhamento específico.
Diferenças entre escolas/grupos	Meta 3.c	Criar meta de redução das desigualdades.
Avaliação sem intervenção	3.10 e 3.11	Vincular diagnóstico a mediações pedagógicas.
Professores demandam apoio	3.6 e 3.7	Planejar formação, valorização e acompanhamento.
Crianças com defasagens acumuladas	3.15	Articular alfabetização e recomposição.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

58. Qual é o percentual atual de alfabetização ao final do 2º ano?
59. Qual é a situação da aprendizagem em matemática?
60. Quais projeções oficiais orientarão a meta municipal?
61. Quais escolas, territórios e grupos apresentam maiores desigualdades?
62. Quais causas explicam os resultados?
63. Como a rede acompanha cada criança?
64. Que formação e apoio pedagógico os profissionais necessitam?
65. Como será organizada a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental?

66. Quais estratégias de recomposição precisam permanecer?

67. Como o município acompanhará anualmente o avanço e a redução das desigualdades?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

A alfabetização precisa aparecer no novo PME como compromisso simultâneo com aprendizagem e equidade. O município deverá definir não apenas onde pretende chegar, mas como identificará precocemente as dificuldades, apoiará profissionais e escolas, acompanhará cada criança e reduzirá as desigualdades que impedem que o direito de aprender seja garantido a todos.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

Recompor aprendizagens não é repetir conteúdos nem criar uma ação temporária paralela ao currículo. É identificar direitos de aprendizagem ainda não assegurados, compreender as causas das defasagens e reorganizar tempos, mediações, acompanhamento, formação e apoios para garantir que todos avancem.

RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

5. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS: DO DIAGNÓSTICO À GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER

A Política ou o Plano de Recomposição das Aprendizagens precisa ser analisado durante a elaboração do novo PME porque seus diagnósticos revelam lacunas acumuladas, desigualdades entre escolas, territórios e grupos, fragilidades nas trajetórias escolares e necessidades de fortalecimento da capacidade pedagógica da rede. Essas evidências não podem ser tratadas apenas como problemas conjunturais; quando persistem, apontam questões estruturais que o planejamento decenal precisa enfrentar.

A recomposição deve partir da identificação das aprendizagens que ainda não foram consolidadas e da compreensão das causas que produziram essas lacunas. O problema pode envolver frequência irregular, transições mal acompanhadas, fragilidade na alfabetização, ausência de intervenções precoces, insuficiência de acompanhamento pedagógico, desigualdades socioeconômicas, barreiras de acessibilidade, formação profissional, organização curricular ou condições de oferta. Por isso, a resposta não pode ser uniforme para todos.

O novo PME deve utilizar os dados da recomposição para distinguir aquilo que exige intervenção imediata daquilo que demanda mudança estrutural. Se todos os anos a rede precisa recompor as mesmas aprendizagens ou os mesmos grupos permanecem com resultados inferiores, o planejamento deve perguntar quais causas estão sendo reproduzidas e quais políticas precisam ser institucionalizadas para interromper esse ciclo.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Política, plano ou orientações municipais de recomposição das aprendizagens.
- Resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas.
- Mapas de habilidades e aprendizagens ainda não consolidadas.
- Dados por escola, etapa, ano, território e grupos sociais.
- Informações de frequência, abandono, reprovação, distorção idade-série e trajetórias interrompidas.
- Registros de acompanhamento individual e intervenções pedagógicas.
- Planos de formação, acompanhamento da coordenação pedagógica e apoio às escolas.
- Resultados das ações já implementadas e evidências de efetividade.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

- 68. Quais aprendizagens ainda não foram consolidadas e em quais anos/etapas?
- 69. Quais escolas, territórios e grupos concentram maiores defasagens?
- 70. As dificuldades são pontuais ou se repetem ao longo dos anos?
- 71. Quais causas explicam os resultados encontrados?
- 72. As avaliações diagnósticas resultam em intervenções concretas?
- 73. Existe acompanhamento individualizado dos estudantes?
- 74. Quais estratégias produziram avanços e quais não produziram?
- 75. O que precisa deixar de ser ação emergencial e se tornar política permanente da rede?

PONTO CENTRAL

A recomposição deve produzir aprendizagem e, ao mesmo tempo, revelar ao PME quais condições precisam mudar para que novas defasagens não continuem sendo produzidas.

2. ONDE A RECOMPOSIÇÃO ENCONTRA O PNE 2026-2036?

A recomposição aparece de forma transversal no PNE. O diálogo mais direto está no Objetivo 3, referente à alfabetização, e no Objetivo 5, referente à aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio. O Objetivo 4, que trata de acesso, trajetória e conclusão, também é fundamental, pois defasagens de aprendizagem e trajetórias escolares estão profundamente relacionadas.

OBJETIVO 3 - ALFABETIZAÇÃO

- Estratégia 3.10 - avaliações diagnósticas e formativas desde o 1º ano, com acompanhamento contínuo e individualizado e mediações pedagógicas imediatas e personalizadas.
- Estratégia 3.15 - ações e programas de recomposição das aprendizagens com acompanhamento contínuo e individualizado dos estudantes.

OBJETIVO 5 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O Objetivo 5 determina garantir a aprendizagem dos estudantes no Ensino Fundamental e Médio, com inclusão e redução das desigualdades, visando à sua superação. As Metas 5.a a 5.e estabelecem compromissos de ampliação dos níveis básico e adequado em Língua Portuguesa e Matemática e de redução das desigualdades entre grupos sociais.

ESTRATÉGIAS DO OBJETIVO 5 COM FORTE CONEXÃO

- 5.11 - Avaliações diagnósticas e formativas, com acompanhamento da aprendizagem, apoio pedagógico específico e estratégias de recomposição.

- 5.12 - Identificação e acompanhamento dos estudantes com rendimento defasado, em especial nas transições entre anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e entre Ensino Fundamental e Médio.
- 5.13 - Acompanhamento individualizado dos estudantes, com atenção especial às transições, às desigualdades e à prevenção da exclusão escolar.
- 5.14 - Formação continuada dos profissionais da educação para práticas pedagógicas que promovam aprendizagem e enfrentem desigualdades.
- 5.15 - Formação de gestores e equipes pedagógicas para uso de dados, acompanhamento e melhoria da aprendizagem.
- 5.17 - Fortalecimento da capacidade técnica das Secretarias de Educação para apoiar as escolas e promover aprendizagem.
- 5.20 - Articulação intersetorial e fortalecimento da rede de apoio aos estudantes.

OBJETIVO 4 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO

O diálogo com o Objetivo 4 permite compreender que recomposição não é apenas uma questão de desempenho. O PME precisa acompanhar frequência, progressão, distorção idade-série, abandono, transições e conclusão, identificando estudantes que acumulam barreiras ao longo da trajetória escolar.

DIÁLOGOS TRANSVERSAIS

- Objetivo 10 - quando as barreiras à aprendizagem estiverem relacionadas à acessibilidade, AEE e inclusão.
- Objetivo 17 - quando a resposta exigir formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais.
- Objetivo 18 - gestão democrática, participação e capacidade de utilização de dados no planejamento.
- Objetivo 19 - financiamento, infraestrutura e condições de oferta necessárias à aprendizagem.

ATENÇÃO ÀS METAS DE APRENDIZAGEM

O PME deverá considerar as projeções oficiais aplicáveis ao município e sua linha de base. A análise precisa ser desagregada: melhorar a média municipal sem reduzir desigualdades entre grupos não é suficiente.

3. DA RECOMPOSIÇÃO AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

O principal desafio é transformar os achados da recomposição em compromissos estruturantes. A equipe precisa identificar quais problemas exigem metas de aprendizagem, quais demandam metas de trajetória escolar, quais requerem fortalecimento da formação e da gestão pedagógica e quais dependem de articulação intersetorial. O PME deve construir condições para que a recomposição deixe de funcionar apenas como correção posterior e passe a integrar um sistema de prevenção, diagnóstico, intervenção e acompanhamento.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Garantir aprendizagem com equidade em todas as etapas da Educação Básica.
- Reduzir progressivamente defasagens e desigualdades de aprendizagem.
- Fortalecer acompanhamento individualizado e intervenções pedagógicas oportunas.
- Melhorar fluxo, transições e trajetórias escolares.
- Fortalecer capacidade técnica da Secretaria, gestão escolar e coordenação pedagógica para uso de evidências.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Elevação dos percentuais de estudantes nos níveis básico e adequado de aprendizagem.
- Redução das diferenças de aprendizagem entre escolas, territórios e grupos sociais.
- Redução da distorção idade-série e melhoria do fluxo escolar.
- Ampliação da cobertura de avaliações diagnósticas e acompanhamento individualizado.
- Cobertura da formação continuada e do apoio pedagógico às escolas.
- Redução do número de estudantes com defasagens persistentes.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Instituir política permanente de avaliação diagnóstica e formativa.
- Organizar mapas de aprendizagem por estudante, turma, escola e território.
- Estabelecer protocolos de intervenção pedagógica a partir dos resultados.
- Garantir acompanhamento individualizado para estudantes com maiores defasagens.
- Fortalecer coordenação pedagógica e apoio técnico às escolas.
- Desenvolver formação continuada vinculada aos problemas reais identificados.
- Planejar estratégias específicas para transições entre etapas.
- Articular alfabetização, recomposição, avaliação e currículo.
- Mobilizar rede de proteção quando fatores extraescolares interferirem na aprendizagem.
- Monitorar resultados por grupos sociais para verificar redução das desigualdades.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - RECOMPOSIÇÃO × PNE × PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Defasagens recorrentes na alfabetização	3.10 e 3.15	Instituir diagnóstico, intervenção e acompanhamento permanente.
Baixos níveis de aprendizagem	Objetivo 5 / Metas 5.a-5.e	Definir trajetória municipal de melhoria.
Grandes desigualdades entre escolas/grupos	Objetivo 5	Criar metas de redução das desigualdades.
Estudantes com rendimento defasado	5.12 e 5.13	Acompanhamento individual e atenção às transições.
Fragilidade no uso dos dados	5.15 e 5.17	Fortalecer gestão pedagógica e capacidade técnica.
Fatores sociais interferindo na aprendizagem	5.20	Articular Educação e rede intersetorial.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

76. Quais são as principais defasagens de aprendizagem hoje?
77. Elas estão concentradas em quais etapas, escolas, territórios e grupos?
78. Quais causas são pedagógicas, estruturais ou extraescolares?
79. Quais projeções oficiais orientarão as metas municipais de aprendizagem?
80. Como o município acompanhará individualmente estudantes com maiores necessidades?
81. Que papel terão coordenação pedagógica e gestão escolar?
82. Quais formações precisam ser institucionalizadas?
83. Como as transições serão acompanhadas?
84. Quais ações de recomposição devem se tornar permanentes?
85. Como o PME verificará se as desigualdades estão realmente diminuindo?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

A recomposição deve ajudar o município a responder duas perguntas: o que precisa ser aprendido agora e o que precisa mudar estruturalmente para que as mesmas defasagens não continuem sendo produzidas. O novo PME precisa atuar nas duas dimensões, articulando aprendizagem, equidade, trajetória, formação, gestão e acompanhamento.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

O PAR não substitui o PME. Seu diagnóstico, suas demandas e as ações pactuadas ajudam a revelar as condições concretas de gestão, formação, infraestrutura e apoio técnico-financeiro necessárias para transformar objetivos e metas do planejamento decenal em ações executáveis.

DIAGNÓSTICO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR

6. O DIAGNÓSTICO DO PAR COMO FONTE PARA O NOVO PME

O Plano de Ações Articuladas - PAR deve ser analisado durante a elaboração do novo PME porque reúne informações sobre necessidades da rede, capacidade de gestão, formação dos profissionais, condições pedagógicas, infraestrutura, equipamentos, transporte e demandas de assistência técnica e financeira. Essas informações ajudam a compreender se o município possui condições materiais e institucionais para executar os compromissos que pretende assumir para os próximos dez anos.

O uso do PAR no processo de elaboração do PME não significa transportar automaticamente suas demandas para o plano decenal. O trabalho da Comissão Gestora e da Equipe Técnica consiste em identificar quais problemas registrados no PAR continuam presentes, quais ações já foram pactuadas ou executadas, quais necessidades permanecem sem atendimento e como essas evidências se relacionam com os problemas, objetivos e metas do novo PME.

Esse cruzamento é especialmente importante para evitar incoerências. Um município pode, por exemplo, projetar forte expansão da Educação Infantil ou do tempo integral e, ao mesmo tempo, possuir no PAR diagnóstico de déficit de infraestrutura, transporte, equipamentos ou formação profissional. Nesse caso, o PME precisa articular a mudança educacional pretendida às condições necessárias para torná-la executável.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Diagnóstico mais recente do PAR e ciclos anteriores relevantes.
- Demandas cadastradas, aprovadas, pactuadas, executadas, pendentes ou não atendidas.
- Termos de compromisso, obras, equipamentos e ações de assistência técnica/financeira.
- Informações sobre transporte escolar, mobiliário, conectividade, recursos pedagógicos e infraestrutura.
- Demandas de formação, gestão e apoio técnico.
- Situação das obras: concluídas, em execução, paralisadas ou não iniciadas.
- PPA, LDO e LOA e registros de contrapartidas ou recursos municipais associados.
- Dados do PME vigente e relatórios de monitoramento que permitam cruzar necessidades.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

86. Quais necessidades o PAR já identificou na rede?

87. Quais permanecem atuais e quais foram superadas?

88. O que já possui apoio técnico ou financeiro pactuado?
89. Quais demandas dependem de ação própria do município?
90. Há obras ou ações pendentes que impactam metas futuras?
91. As prioridades do PAR convergem com os problemas encontrados no diagnóstico do PME?
92. Quais necessidades estruturais podem impedir o alcance das metas do novo PME?
93. O município conhece os custos e as fontes de financiamento das ações necessárias?

PONTO CENTRAL

O PAR deve ser utilizado como fonte de evidências e de possibilidades de assistência técnica e financeira. Ele não substitui o planejamento decenal e não deve determinar, sozinho, os objetivos e metas do PME.

2. ONDE O PAR ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O novo PNE estabelece uma conexão particularmente importante entre os planos de educação e a organização das ações necessárias à sua execução. O art. 13 determina que União, Estados, Distrito Federal e Municípios elaborem, a cada dois anos, Planos de Ações Educacionais que relacionem políticas, programas, ações e recursos a cada objetivo e meta do respectivo plano de educação.

ART. 13 - PLANOS DE AÇÕES EDUCACIONAIS

Os Planos de Ações Educacionais deverão ser elaborados a cada dois anos e detalhar as políticas, os programas, as ações e os recursos necessários à consecução dos objetivos e metas. Isso cria uma ponte fundamental entre o planejamento decenal e a execução: o PME estabelece onde o município pretende chegar; os planos de ações organizam, em ciclos menores, o que será realizado para produzir esse avanço.

ART. 13, § 5º - PLATAFORMA DO PAR

O PNE determina que o Ministério da Educação disponibilize a plataforma tecnológica do Plano de Ações Articuladas - PAR para apoiar a elaboração, o monitoramento e a revisão dos Planos de Ações Educacionais dos entes federativos. Assim, o PAR ganha relevância não apenas como diagnóstico de necessidades, mas também como suporte à organização, acompanhamento e revisão das ações vinculadas aos objetivos e metas dos planos de educação.

OBJETIVO 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA

O Objetivo 19 também possui relação direta com o PAR ao tratar da qualidade e equidade nas condições de oferta, do financiamento e da infraestrutura educacional.

- Meta 19.c - garantir condições mínimas de infraestrutura física e pedagógica adequadas para a oferta educacional.
- Meta 19.d - reduzir desigualdades de infraestrutura entre redes e escolas.
- Estratégia 19.9 - fortalecer ação redistributiva para reduzir desigualdades de infraestrutura dentro das redes.
- Estratégia 19.10 - alinhar PPA, LDO e LOA aos planos de educação.
- Estratégia 19.11 - aperfeiçoar mecanismos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação da infraestrutura educacional.
- Estratégia 19.13 - fortalecer mecanismos de controle interno, externo e social.
- Estratégia 19.14 - desenvolver indicadores que permitam avaliar a efetividade dos investimentos.

ART. 19 E ART. 20 - ORÇAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA/FINANCEIRA

O PNE estabelece que os instrumentos orçamentários sejam elaborados em consonância com os planos de educação e que a assistência técnica e financeira considere as diretrizes, objetivos, estratégias e metas desses planos. Para o PME, isso significa que as estratégias que dependem de investimento precisam ser conectadas a planejamento orçamentário, responsabilidades e fontes de financiamento.

PME → PLANO DE AÇÕES → PAR → ORÇAMENTO → EXECUÇÃO → MONITORAMENTO

Essa sequência ajuda a transformar o PME em planejamento vivo. A meta decenal precisa gerar ações, responsabilidades e recursos em ciclos de execução, acompanhados e revisados periodicamente.

3. DO DIAGNÓSTICO DO PAR AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

O diálogo com o PAR deve ajudar o município a responder se as condições de oferta e de gestão são compatíveis com os resultados que o PME pretende alcançar. A territorialização consiste em selecionar as necessidades estruturantes que possuem relação com problemas educacionais e transformá-las em estratégias, indicadores e ações articuladas aos objetivos e metas do plano, sem transformar o PME em uma lista de compras, obras ou demandas administrativas.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Fortalecer as condições estruturais e pedagógicas necessárias à garantia do direito à educação.
- Reduzir desigualdades de infraestrutura e capacidade de oferta entre escolas e territórios.
- Fortalecer capacidade de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação da Secretaria Municipal de Educação.
- Articular assistência técnica e financeira às prioridades educacionais do município.
- Garantir coerência entre planejamento educacional, orçamento e execução.

METAS DO PME QUE PRECISAM DIALOGAR

- Adequação progressiva das unidades aos padrões de infraestrutura e acessibilidade.
- Redução de desigualdades de infraestrutura entre escolas e territórios.
- Atendimento de necessidades prioritárias de transporte, equipamentos, conectividade e recursos pedagógicos.
- Fortalecimento da formação e da capacidade técnica da rede.
- Vinculação progressiva das ações e recursos aos objetivos e metas do PME.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Cruzar o diagnóstico do PAR com o diagnóstico do PME antes da formulação das estratégias.
- Identificar demandas já pactuadas para evitar duplicidade de planejamento.
- Classificar necessidades em curto, médio e longo prazo.
- Vincular obras, equipamentos, formação e assistência técnica aos problemas educacionais que pretendem enfrentar.
- Articular as prioridades do PME ao PPA, LDO e LOA.
- Utilizar os Planos de Ações Educacionais bienais como ponte entre PME e execução.
- Atualizar periodicamente o diagnóstico e acompanhar pendências.
- Monitorar não apenas execução financeira, mas resultados produzidos pelos investimentos.
- Fortalecer transparência e controle social sobre recursos e ações.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - PAR x PNE x PME

O MUNICÍPIO ENCONTROU	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Déficit de infraestrutura	Objetivo 19 / Metas 19.c e 19.d	Definir estratégia e trajetória de adequação.
Demandas já pactuadas no PAR	Art. 13, §5º	Articular execução às metas do PME.

Obras pendentes/paralisadas	19.11	Incluir acompanhamento e solução no planejamento de ações.
Necessidade de formação	Objetivos específicos + PAR	Vincular formação ao problema e resultado esperado.
Expansão sem previsão orçamentária	Art. 19 / Estratégia 19.10	Alinhar PME, PPA, LDO e LOA.
Investimentos sem avaliação de resultados	19.14	Criar indicadores de efetividade.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

94. Quais problemas do PME já aparecem no diagnóstico do PAR?
95. Quais demandas já possuem ação ou recurso pactuado?
96. Quais necessidades continuam sem resposta?
97. Que investimentos são condição para alcançar as metas educacionais?
98. Quais ações dependem do município e quais exigem colaboração federativa?
99. Como as prioridades serão incorporadas ao orçamento?
100. Como os Planos de Ações Educacionais bienais organizarão a execução?
101. Quais indicadores mostrarão se o investimento melhorou a oferta ou os resultados?
102. Como Conselhos, Fórum e sociedade acompanharão a execução?
103. Que informações do PAR precisam ser atualizadas antes de concluir o diagnóstico do PME?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

O PAR ajuda a responder 'de que condições precisamos para executar o que o PME pretende alcançar?'. O novo PME deve utilizar seu diagnóstico para qualificar estratégias e investimentos, enquanto os Planos de Ações Educacionais bienais e a plataforma do PAR poderão apoiar a passagem do compromisso decenal para a execução, o monitoramento e a revisão periódica.

EM DIÁLOGO COM O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

IDEIA-FORÇA

O Selo UNICEF não é um plano educacional, mas produz diagnósticos, indicadores, compromissos intersetoriais, mecanismos de participação e ações que podem revelar problemas e prioridades fundamentais para o novo PME. O desafio é transformar essas evidências em planejamento educacional territorializado, sem simplesmente transportar as entregas do Selo para o Plano.

SELO UNICEF

7. SELO UNICEF: O QUE ELE PODE REVELAR PARA O NOVO PME?

O Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância destinada a estimular e reconhecer avanços reais na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal. Na edição 2025-2028, sua metodologia está organizada por resultados sistêmicos, indicadores de impacto social e um eixo de participação cidadã e gestão por resultados. Para o processo de elaboração do PME, esse conjunto pode funcionar como importante fonte complementar de evidências, sobretudo porque articula Educação a Saúde, Proteção Social, enfrentamento às violências, água e saneamento, equidade étnico-racial e participação.

A contribuição do Selo para o PME não deve ser reduzida ao Resultado Sistêmico de Educação. A metodologia atual inclui seis Resultados Sistêmicos: Saúde e Nutrição; Educação; Proteção Contra as Violências; Água, Saneamento, Higiene e Resiliência Climática; Proteção Social; e Equidade Étnico-Racial nas políticas públicas municipais. Além disso, trabalha com Indicadores de Impacto Social e com Participação Cidadã e Gestão por Resultados. Essa arquitetura ajuda a Comissão Gestora a enxergar que muitos problemas educacionais são atravessados por fatores externos à escola e exigem atuação intersetorial.

O Resultado Sistêmico 2 - Educação merece atenção específica, mas precisa ser lido em conexão com os demais resultados. A própria edição 2025-2028 inclui, entre as entregas educacionais, orientações para um Plano de Ação de Recomposição das Aprendizagens, demonstrando a relação entre resultados educacionais, acompanhamento das aprendizagens e planejamento da rede.

O QUE O MUNICÍPIO PRECISA TER EM MÃOS

- Termo de adesão e organização municipal do Selo UNICEF - Edição 2025-2028.
- Guia Metodológico vigente e atualizações oficiais da edição.
- Diagnóstico e registros dos Resultados Sistêmicos, especialmente o Resultado Sistêmico 2 - Educação.
- Indicadores de Impacto Social utilizados pelo Selo e resultados municipais.
- Planos de ação, entregas, relatórios, evidências e registros inseridos na Plataforma Crescendo Juntos.

- Registros de participação cidadã, planejamento participativo e controle social.
- Dados e ações de equidade étnico-racial, proteção social, prevenção às violências, água/saneamento e primeira infância que tenham repercussão educacional.
- Plano de Ação de Recomposição das Aprendizagens e demais documentos educacionais produzidos no ciclo.

PERGUNTAS PARA A LEITURA CRÍTICA

104. Quais indicadores do Selo revelam problemas diretamente relacionados à educação?
105. Quais resultados apresentam diferenças importantes entre grupos e territórios?
106. Quais ações desenvolvidas pelo município precisam ganhar continuidade para além da edição do Selo?
107. Que problemas educacionais exigem articulação com Saúde, Assistência Social ou proteção?
108. Quais ações já foram institucionalizadas por lei, norma, fluxo ou política municipal?
109. Quais compromissos do Selo podem ajudar a qualificar o diagnóstico do PME, sem serem simplesmente copiados?

PONTO CENTRAL

O Selo UNICEF é uma fonte de evidências e articulação. O PME é um plano decenal de Estado. A tarefa é identificar o que as ações e os indicadores do Selo revelam sobre o direito à educação e decidir o que precisa ser institucionalizado no planejamento municipal.

2. ONDE O SELO UNICEF ENCONTRA O PNE 2026-2036?

O diálogo do Selo UNICEF com o PNE é transversal. O Resultado Sistêmico 2 - Educação se relaciona diretamente aos objetivos de acesso, trajetória, alfabetização, aprendizagem, equidade e inclusão. Os demais Resultados Sistêmicos ajudam a compreender determinantes sociais e territoriais que interferem no acesso, permanência, participação e aprendizagem.

OBJETIVOS DO PNE COM DIÁLOGO MAIS DIRETO

- Objetivo 1 - acesso à Educação Infantil, especialmente demanda, busca ativa e redução das desigualdades.
- Objetivo 3 - alfabetização, matemática, avaliações diagnósticas e redução das desigualdades.
- Objetivo 4 - acesso, trajetória e conclusão no Ensino Fundamental e Médio, com atenção à busca ativa e prevenção da exclusão.

- Objetivo 5 - aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, recomposição, acompanhamento individual e equidade.
- Objetivo 10 - Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos.
- Objetivo 18 - gestão democrática, participação social e fortalecimento das instâncias colegiadas.
- Objetivo 19 - infraestrutura, financiamento, água, saneamento, acessibilidade e condições de oferta.

ESTRATÉGIAS DO PNE QUE CONVERSAM COM A METODOLOGIA DO SELO

- 1.3 - levantamento de demanda e busca ativa articulados com Assistência Social, Saúde e Sistema de Garantia de Direitos.
- 3.10, 3.14 e 3.15 - avaliação diagnóstica, atenção à vulnerabilidade e recomposição das aprendizagens.
- 4.5 e 4.6 - busca ativa, acompanhamento da trajetória e identificação de estudantes em risco de exclusão.
- 5.11, 5.12, 5.13 e 5.20 - diagnóstico, acompanhamento individualizado, transições e articulação intersetorial.
- 10.7 e 10.8 - acessibilidade, identificação de barreiras e participação do público da Educação Especial.
- 18.1, 18.3 e 18.6 - participação, conselhos, fóruns e processos democráticos de planejamento.
- 19.6, 19.7 e 19.11 - padrões de infraestrutura, acessibilidade, saneamento e planejamento das condições de oferta.

SEIS RESULTADOS SISTÊMICOS: COMO LER PARA O PME

- Saúde e Nutrição - observar fatores que afetam frequência, desenvolvimento e permanência.
- Educação - analisar acesso, aprendizagem, trajetória, recomposição e equidade.
- Proteção Contra as Violências - identificar impactos das violências na frequência, permanência, proteção e aprendizagem.
- Água, Saneamento, Higiene e Resiliência Climática - relacionar condições físicas e ambientais das escolas ao Objetivo 19.
- Proteção Social - articular vulnerabilidade, busca ativa, permanência e rede de proteção.

- Equidade Étnico-Racial - desagregar indicadores e enfrentar desigualdades que atingem crianças e adolescentes negros, indígenas e quilombolas.

PNE E SELO NÃO TÊM A MESMA FUNÇÃO

O Selo UNICEF possui metodologia, indicadores e entregas próprias da edição 2025-2028. O PNE estabelece objetivos, metas e estratégias nacionais para o decênio. O PME deve usar os dados e compromissos do Selo como evidências, sem transformar requisitos de certificação em metas automáticas do Plano.

3. DO SELO UNICEF AO NOVO PME: O QUE PRECISA SER TERRITORIALIZADO?

A contribuição mais relevante do Selo para o novo PME está na possibilidade de identificar problemas que atravessam o direito à educação, produzir leitura intersetorial e fortalecer mecanismos de participação e gestão por resultados. A Comissão Gestora deve selecionar, entre os indicadores e ações do Selo, aqueles que revelam problemas estruturais que precisam ser enfrentados no horizonte decenal.

OBJETIVOS DO NOVO PME QUE PODEM DIALOGAR

- Garantir acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com equidade.
- Reduzir desigualdades educacionais entre territórios e grupos sociais.
- Fortalecer busca ativa e prevenção da exclusão escolar.
- Consolidar recomposição das aprendizagens e acompanhamento individualizado.
- Fortalecer articulação intersetorial para proteção integral de crianças e adolescentes.
- Promover equidade étnico-racial nas políticas educacionais.
- Ampliar participação social e gestão democrática no planejamento, monitoramento e avaliação do PME.

METAS DO PME QUE PODEM SER INFORMADAS PELOS DADOS DO SELO

- Redução do número e percentual de crianças e adolescentes fora da escola.
- Melhoria da trajetória escolar e redução do abandono e distorção idade-série.
- Elevação dos indicadores de alfabetização e aprendizagem com redução das desigualdades.
- Ampliação do acompanhamento de estudantes em risco de exclusão.
- Melhoria das condições de água, saneamento, higiene, acessibilidade e infraestrutura escolar.
- Redução de desigualdades étnico-raciais nos indicadores educacionais.

- Fortalecimento de instâncias e mecanismos de participação de crianças, adolescentes, famílias e sociedade civil.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS POSSÍVEIS

- Integrar dados de Educação, Saúde, Assistência Social e proteção para identificar crianças e adolescentes em risco.
- Institucionalizar estratégias de busca ativa e acompanhamento de trajetórias.
- Utilizar indicadores desagregados por raça/cor, território, sexo, condição socioeconômica e deficiência quando disponíveis.
- Articular recomposição, alfabetização e avaliação diagnóstica.
- Estabelecer fluxos intersetoriais para situações de violência, vulnerabilidade e violação de direitos.
- Fortalecer CMDCA, CME, FME, conselhos escolares e espaços de participação de adolescentes no acompanhamento das políticas.
- Transformar ações bem-sucedidas do Selo em políticas, protocolos ou programas permanentes quando sua continuidade for necessária.
- Cruzar as evidências do Selo com o diagnóstico do PME e outras fontes oficiais, evitando dependência de uma única base.

MATRIZ DE CONVERGÊNCIA - SELO UNICEF x PNE x PME

EVIDÊNCIA DO SELO	DIÁLOGO COM O PNE	DECISÃO PARA O NOVO PME
Crianças/adolescentes fora da escola	Objetivos 1 e 4	Instituir meta e estratégias de busca ativa e permanência.
Defasagens de aprendizagem	Objetivos 3 e 5	Articular alfabetização, diagnóstico e recomposição.
Desigualdade étnico-racial	Diretrizes de equidade + objetivos específicos	Criar estratégias e indicadores desagregados.
Violências e vulnerabilidades	5.20 e articulação intersetorial	Instituir fluxos com rede de proteção.
Problemas de água/saneamento nas escolas	Objetivo 19	Planejar adequação de infraestrutura.
Baixa participação social	Objetivo 18	Fortalecer instâncias colegiadas e participação cidadã.

PERGUNTAS ANTES DA ESCRITA DO PME

110. Quais indicadores do Selo ajudam a explicar os principais problemas educacionais do município?
111. Quais desigualdades aparecem quando os dados são desagregados?
112. Quais ações do Selo precisam continuar depois de 2028?

113. Quais já estão institucionalizadas e quais dependem de pessoas ou projetos temporários?
114. Que problemas exigem respostas intersetoriais?
115. Quais ações educacionais do Resultado Sistêmico 2 convergem com alfabetização, recomposição e trajetória escolar?
116. Como os mecanismos de participação cidadã podem fortalecer o monitoramento do PME?
117. Que indicadores do Selo podem ser utilizados como evidências complementares, sem substituir os indicadores oficiais do PME?

PARA LEVAR À ESCRITA DO PME

O valor do Selo UNICEF para o PME está menos em reproduzir suas entregas e mais em utilizar seus indicadores, diagnósticos, articulações e experiências para enxergar crianças e adolescentes que podem permanecer invisíveis às médias educacionais. O novo PME deve transformar evidências relevantes em compromissos públicos permanentes, territorializados e monitoráveis.

REFERÊNCIAS DE APOIO

UNICEF. Selo UNICEF - Edição 2025-2028. Guia Metodológico, versão 3, atualizada em maio de 2026. Resultado Sistêmico 2 - Educação; Indicadores de Impacto Social; Participação Cidadã & Gestão por Resultados. Regulamento da Edição 2025-2028.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

8. MATRIZ INTEGRADORA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A matriz a seguir pode ser utilizada nas oficinas para reunir, em um único quadro, os achados das diferentes políticas e evitar que o município formule objetivos e metas fragmentados. Uma mesma evidência pode dialogar com mais de uma política, e diferentes políticas podem apontar para o mesmo problema educacional.

Política / instrumento	Evidência encontrada	Problema do PME	Objetivo do PNE	Objetivo do PME	Meta do PME	Estratégias do PME
PMPI						
Expansão da Educação Infantil						
Educação Integral em Tempo Integral						
RENALFA / Alfabetização						
Recomposição das Aprendizagens						
PAR						
Selo UNICEF						

9. DO MAPA À ESCRITA DO PME

O desafio não é colocar todas as políticas dentro do PME. É assegurar que o planejamento decenal dialogue com aquilo que o município já construiu, reconheça compromissos assumidos, identifique lacunas, evite duplicidades e estabeleça coerência entre problemas, resultados esperados, estratégias, responsabilidades, financiamento e monitoramento.

As políticas, planos, programas e diagnósticos funcionam como fontes de evidências e de aprendizagem institucional. O PME, por sua vez, deve selecionar os problemas que exigem enfrentamento decenal e formular objetivos que expressem a mudança desejada, metas que permitam verificar essa mudança e estratégias capazes de produzir os resultados. Essa passagem exige territorialização: o compromisso nacional precisa ser confrontado com a linha de base municipal, as projeções aplicáveis ao ente, as desigualdades internas, a capacidade de execução e o regime de colaboração.

SÍNTESE METODOLÓGICA

POLÍTICA / INSTRUMENTO → EVIDÊNCIA → PROBLEMA → CAUSAS → OBJETIVO DO PNE → OBJETIVO DO PME → META DO PME → ESTRATÉGIAS → RESPONSABILIDADES → RECURSOS → INDICADORES → MONITORAMENTO

QUESTÕES PARA O FECHAMENTO DA OFICINA

118. Quais problemas aparecem em mais de uma política ou diagnóstico?
119. Quais compromissos já estão em execução e precisam de continuidade?
120. Quais ações são pontuais e quais precisam se tornar política permanente?
121. Quais objetivos e metas exigirão atuação intersetorial?
122. Quais estratégias dependem de colaboração com Estado ou União?
123. Quais compromissos exigem previsão no PPA, LDO e LOA?
124. Quais indicadores permitirão acompanhar resultados e desigualdades?
125. Como CME, FME, CACS-FUNDEB, conselhos escolares e sociedade participarão do monitoramento?

PARA LEVAR À ELABORAÇÃO DO PME

O município não precisa escolher entre seus diferentes planos e políticas. Precisa colocá-los em diálogo, reconhecer convergências e transformar evidências em decisões de planejamento. Um PME consistente é aquele que conhece o território, articula políticas, define prioridades, assume compromissos executáveis e cria condições para monitorar se as mudanças esperadas estão realmente acontecendo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e estabelece princípios e diretrizes para sua formulação e implementação. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera dispositivos legais relacionados à política de educação em tempo integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - RENALFA. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Política de Recomposição das Aprendizagens. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Integral em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 - novo Plano Nacional de Educação (PNE). Essa foi a correção principal, porque ela precisa ser uma das referências centrais do Caderno Orientador dos PMEs 2026-2036.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Plano de Ações Articuladas - PAR. Brasília, DF: FNDE.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Plano de Ações Articuladas - PAR: ciclo 2025-2028. Brasília, DF: FNDE, 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. Selo UNICEF: edição 2025-2028. Brasília, DF: UNICEF Brasil.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. Metodologia do Selo UNICEF: edição 2025-2028. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 2025.